

Economia clássica e novo-clássica *versus* Keynes e pós-keynesianos: um debate ontológico*

Bruno Moretti**

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação
do Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília*

Marcos T. C. Lélis***

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação
em Economia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul*

Resumo

Neste artigo, tem-se por objetivo defender o argumento de que o debate Keynes e pós-keynesianos “versus” (neo)clássicos e novos-clássicos remete a considerações ontológicas, isto é, à convenção sobre qual a natureza do sistema econômico a analisar, ainda que tal comprometimento não seja explícito, mas resulte do modo como é formulada a teoria econômica. De um ponto de vista mais geral, afirma-se que todo método da ciência pressupõe uma ontologia e que, portanto, a ciência deve afirmá-la explicitamente — uma investigação a respeito da natureza de seu objeto, para a qual se valerá do realismo crítico, corrente que afirma uma ontologia específica para o domínio social, esboçando suas relações com Keynes e os pós-keynesianos.

Palavras-chave

Keynes; novo-clássica; ontologia.

* Artigo recebido em 18 out. 2004 e aceito para publicação em dez. 2006.

** E-mail: bmoretti@domain.com.br

*** E-mail: mcaputi@uol.com.br

Os autores agradecem ao colega Carlos Aguedo Nagel Paiva os comentários apresentados com respeito a este trabalho. Valem as observações habituais quanto a erros e problemas que porventura persistam, os quais são de inteira responsabilidade dos autores.

Abstract

The purpose of the paper is to defend the argument that the controversy Keynes and pós-keynesian versus (neo)classical and new classical goes by in ontology's foreword, that is, the convention about the nature of the economic system in analysis. Notwithstanding this committal doesn't be explicit, it comes from the way the economic theory is formulated. From a more general point of view, all science method predicate one ontology and, therefore, the science must include clearly one ontology — investigation about the object's nature, for this we utilize the critical realism, school that expose the specific ontology for the social dominion, sketching its relation with Keynes and the pós-keynesian.

Key words

Keynes; new classical; ontology.

Classificação JEL: E12, B41.

Introdução

Não constitui qualquer novidade a hegemonia de que desfrutaram as teorias de inspiração neoclássica no interior da Economia. Se os economistas heterodoxos são aqueles que buscam construções teóricas, fundadas em outros princípios — que não os do *mainstream* — que possibilitem explicações diversas para as causas dos fenômenos econômicos —, se esperam que suas críticas possuam alguma validade cognitiva, então, necessariamente, eles têm que pretender que estas sejam mais realistas, isto é, que representem a realidade — o sistema econômico — de modo mais acurado. Entretanto, se esse é o caso, o debate entre economistas ortodoxos e heterodoxos deve, em certa medida, migrar para o campo da ontologia, isto é, para o debate sobre as propriedades dos sistemas econômicos, seus modos de ser e de se reproduzir, bem como sobre o papel dos agires e das escolhas humanas. Em outros termos, deve estar subjacente às análises heterodoxas o fato de que seu objeto de estudo — categorias, conexões, elementos, etc. econômicos — possui existência objetiva, independente das teorias que buscam sua apreensão. Dessa maneira,

indagar sobre tais propriedades parece uma condição de possibilidade para as construções teóricas heterodoxas. No caso da Economia, essas indagações são ainda mais relevantes: se as tradições teóricas subentendem determinado método e formato para as leis científicas, então é porque se vindica, embora implicitamente, que o objeto possua determinadas propriedades, em razão das quais são cognoscíveis ao modo requerido. Isto é, toda tradição teórica pressupõe um método; todo método requer uma ontologia. No caso da Economia, a ontologia subentendida ampara construções teóricas em nome das quais se aplicam políticas, se reproduzem instituições, etc., com efeitos sobre a vida econômica e social. Logo, se a hegemonia de determinada tradição teórica implica a predominância de determinada ontologia, à qual estão predicados, por exemplo, resultados, predições, explicações e, conseqüentemente, derivações políticas das teorias, então, negligenciar a ontologia constitui grave equívoco para aqueles que pretendem formular construções teóricas alternativas.

Nessa perspectiva, procurar-se-á apresentar o realismo crítico, corrente da filosofia da ciência que busca oferecer uma ontologia para as ciências que investigam objetos do domínio social (inclusive do domínio econômico). Nesse sentido, investigar-se-ão as conexões entre uma construção teórica particular no interior da heterodoxia econômica — a de Keynes e dos pós-keynesianos — e o realismo crítico. Antes, entretanto, será elaborada uma síntese da Economia novo-clássica, bem como de seus pressupostos ontológicos, com base na qual se demonstrará que o debate entre pós-keynesianos e a Economia novo-clássica, assim como entre Keynes e a Economia clássica¹, se desloca para o campo ontológico. Finalmente, deve-se salientar que, visto que o interesse aqui reside na afirmação da necessidade do debate ontológico para a ciência econômica, não há, no artigo, uma caracterização completa sobre as escolas de pensamento da Economia mencionadas. Apenas interessa sua caracterização em seus traços mais gerais, para que se demonstre como o debate remete necessariamente às considerações ontológicas.

¹ Desde já, deve-se salientar que Keynes (1973) entende como Economia clássica a produção teórica de um conjunto de autores, que, segundo o próprio, investigam a economia enquanto um sistema no qual não existe o fenômeno do desemprego involuntário. Contudo é evidente que há diferenças substantivas entre os autores que Keynes designa como clássicos, como, por exemplo, Pigou e Ricardo.

O sistema econômico da Economia novo-clássica

A teoria novo-clássica surge no cenário do debate macroeconômico, na década de 70, na busca pela racionalização teórica do fenômeno, que data dessa mesma época, da coexistência de inflação e estagnação em algumas economias.² Segundo os formuladores da teoria, a racionalização teórica da referida coexistência, se admitido o paradigma keynesiano, seria impossível, já que este pressuporia uma Curva de Phillips negativamente inclinada a curto e a longo prazos, isto é, com um *trade-off* permanente entre inflação e desemprego. Por outro lado, ainda segundo a perspectiva novo-clássica, a teoria de formação de expectativas do monetarismo de Friedman (1968) deveria ser descartada e substituída por outra supostamente mais consistente, a hipótese das expectativas racionais (HER), segundo a qual, em sua versão fraca, na formação de expectativas sobre o futuro de uma variável, agentes econômicos racionais farão o melhor uso possível de toda informação disponível sobre os fatores que, em sua concepção, a determinam, de maneira que o valor esperado de uma variável não necessariamente seja função estável de seus valores pretéritos, como quer a teoria das expectativas adaptativas. Já a versão forte da HER, além de admitir a proposição anterior (a versão fraca), afirma que as expectativas subjetivas das variáveis econômicas coincidirão com suas expectativas condicionais objetivas (Snowdon, 1994, p. 190). Convém salientar que, subjacente à HER, em qualquer das duas versões, se encontra a definição sobre o que são os sujeitos da economia: agentes maximizadores de funções-objetivo, que respondem, de forma ótima, às informações extraídas, do mundo.³ Assim, a HER pode ser apresentada de modo formal como segue:

$$P_t^e = E\left(\frac{P_t}{I_{t-1}}\right) \quad (1)$$

onde $P_{t(z)}^R$ é a expectativa da taxa de inflação de t; e $E(P_t/I_{t-1})$ representa a esperança da taxa de inflação condicionada a um conjunto de informações disponíveis ao agente no tempo t - 1.

² Para uma síntese teórica do debate macroeconômico no interior do qual emerge a economia novo-clássica, ver Ferrari (2003).

³ Adiante, será fundamental levar em consideração esse fato.

Há ainda mais duas hipóteses que caracterizam a teoria novo-clássica: (a) a economia está em contínuo *market clearing*, o que representa a vindicação de que os preços se ajustam instantaneamente, garantindo o contínuo equilíbrio do mercado, resultado, por sua vez, do comportamento dos agentes, mais precisamente, da resposta ótima às suas percepções dos preços; e (b) as decisões racionais tomadas pelos empresários e pelos trabalhadores refletem o comportamento otimizador de sua parte, podendo ainda levar em conta o fato de que a oferta de trabalho (produção) pelos trabalhadores (empresários) é realizada com base em preços relativos. Por exemplo, se o salário real se encontra maior do que aquele compatível com o equilíbrio, trabalhadores ofertarão mais trabalho. Isto é, mudanças no nível de emprego são uma função da resposta dos trabalhadores a variações no salário real. A segunda versão da hipótese (b) requer que, se agentes erram suas expectativas de preços, o salário real varia, do que resulta mudança no nível de emprego e, conseqüentemente, de produto. Logo, diferenças entre o produto potencial e o efetivo são uma função da discrepância entre o nível de preços efetivos e o esperado. Compreende-se essa construção, alternativamente, como apresentada a seguir:⁴

$$Y_{t(z)} - Y_{nt} = \gamma \cdot \left[P_{t(z)} - E \left(\frac{P_t}{I_{t(z)}} \right) \right] \quad (2)$$

Sendo $P_{t(z)}^R$ o preço relativo da firma z no tempo t, a expressão $E \left(\frac{P_t}{I_{t(z)}} \right)$

derivada da equação (1), especificada para z; $Y_{t(z)}$ é o produto dessa firma; Y_{nt} , definido como o produto natural ou potencial da firma z (em equilíbrio geral); e, por fim, γ é um parâmetro que relaciona variações nos preços e sua resposta na produção. Com efeito, a equação (2) deriva da idéia já caracterizada de que os agentes econômicos reagem a variações dos preços relativos. Além disso, transpondo a concepção da firma individual para a economia como um todo, nota-se que, se o preço geral da economia for igual ao preço esperado pelos agentes econômicos, o produto total será igual ao produto potencial. Desse modo, a Economia novo-clássica, embora incorpore a noção de que processos econômicos são estocásticos, não se desvincula da estrutura determinística oriunda do que Keynes (1973) denominava Economia clássica.⁵

⁴ Não é o escopo deste trabalho uma exposição completa da concepção novo-clássica sobre o comportamento da curva de oferta da economia. Para uma melhor compreensão dessa mecânica, ver Lucas (1973).

⁵ Logo, as críticas que Keynes dirige à Economia clássica podem ser estendidas às construções teóricas dos economistas novo-clássicos.

Portanto, caracteriza-se, com as observações até aqui feitas, a teoria novo-clássica em seus traços gerais. Contudo há que se salientar que essa teoria subentende definições sobre o que são sistema econômico e seus agentes e sobre como estes tomam decisões, etc. Nessa perspectiva, a economia, em essência, consistiria em indivíduos atômicos que respondem a estímulos otimizando uma função-utilidade com base em suas expectativas racionais, motivados pelas suas percepções do movimento das variáveis. Logo, agentes econômicos são definidos como seres que processam informações, e não como agentes que produzem os eventos, bem como suas funções de distribuição, do que se deriva que à ciência cabe produzir descrições, sob bases lógico-dedutivas, dos comportamentos dos agentes como meros processadores de estímulos. A rigor, o próprio sistema econômico não consistiria na ação intencional de indivíduos econômicos, mas na reação a condições, cuja produção não caberia à Economia indagar. Com isso, o sistema econômico perde a característica distintiva dos sistemas sociais: o fato de serem produzidos pelo ser humano e por suas escolhas, razão pela qual a subjetividade (e, com ela, as crenças, os juízos de valor, etc. que informam as escolhas) fica velada.

Intensifica-se o banimento do papel do sujeito na construção do mundo social, na Economia novo-clássica, com a admissão da validade da HER enquanto teoria geral para a formulação de expectativas sobre as variáveis econômicas. Na interpretação de Davidson (1982), agentes só acertam (na média) as distribuições de probabilidade objetivas dos eventos se essas mesmas distribuições são ergódicas, o que pressuporia sua estacionariedade. Em outros termos, a condição de possibilidade para que expectativas subjetivas sobre eventos coincidam com suas distribuições efetivas é que o conjunto de informações disponíveis até o momento seja um “bom guia” para as distribuições futuras. Isto é, o presente deve ser uma representação razoável do futuro. Com isso, agentes econômicos não são os responsáveis pela produção do mundo social. Ao contrário, os agentes processam estímulos emanados pelo sistema econômico, aos quais respondem maximizando uma função-utilidade. As distribuições de probabilidade do sistema econômico são exógenas aos agentes, tendo, em relação a eles, “vida própria”. O resultado, se o futuro jamais difere qualitativamente do presente, é sempre a reprodução das distribuições vigentes dos eventos. O mundo social é imutável. A ação humana é sempre aquela que reproduz o existente, sendo o domínio social caracterizado pela ubiquidade de regularidades empíricas, razão pela qual fica suprimida, *a priori*, a escolha humana.

Em consequência, um traço fundamental da Economia novo-clássica, ainda que não definido explicitamente por seus formuladores, é a representação do sistema econômico subjacente a suas hipóteses, a seus resultados e a suas

leis. Se realmente a vida econômica para os novos-clássicos é caracterizada pela ausência do poder real de escolha, de subjetividade, pela repetição incessante do presente, etc., então, a crítica heterodoxa deve salientar não apenas métodos, leis e resultados alternativos, mas, fundamentalmente, uma representação mais realista do sistema econômico, que contemple a abertura do mundo social, isto é, o fato de que, se o mundo social é produzido por sujeitos com poder real de escolha, então, o futuro, em geral, traz o "novo" como resultado das ações, restituindo-se aos agentes a "competência" pela produção do sistema econômico. Se os críticos da Economia ortodoxa (aqui, em particular, da Economia novo-clássica) realmente devem se ater a uma ciência que subentenda uma outra visão do que seja a vida econômica, então, são fundamentais para o desenvolvimento da Economia heterodoxa as perspectivas teóricas que buscam indagar sobre as características dos sistemas sociais, seu modo de funcionamento, seus elementos, bem como sobre sua articulação. E justamente nesse aspecto reside a vindicação da importância do realismo crítico, corrente da filosofia da ciência, para os debates entre os economistas heterodoxos. O que segue é uma síntese do realismo crítico, sucedida da sua relevância, em particular, para Keynes e para os pós-keynesianos (Lawson, 2003).

O realismo crítico e a crítica ontológica

O realismo crítico⁶ constitui-se fundamentalmente pela proposição de uma ontologia (uma definição sobre o modo de ser, para os propósitos deste trabalho, do domínio social, em particular do econômico) sobre a qual a ciência (econômica) deve ser construída. Em outros termos, pode-se dizer que toda ciência envolve um método e uma concepção de como são as leis científicas. Por outro lado, afirmar que leis têm determinada forma requer uma admissão, ainda que implícita, de que o objeto da ciência é de determinada natureza, de modo que pode ser conhecido à maneira requerida. A investigação sobre a natureza do objeto da ciência é designada, conforme afirmado, como ontologia.

O realismo crítico, por um lado, envolve "o desvelar" de qual mundo social é pressuposto para que leis da ciência tenham a forma de regularidades empíricas, antiga demanda dos lógico-positivistas. Por outro, apresenta-se como uma ontologia (tanto para o domínio natural quanto para o social) radicalmente opos-

⁶ Há muitos autores que vêm tratando do tema com variações, algumas vezes, substantivas. Salvo quando são dos outros autores, está-se aludindo basicamente aos escritos de Tony Lawson (2003). Além disso, para uma síntese teórica do realismo crítico, ver Baert (1996).

ta àquela pressuposta pelos mesmos. Na primeira dimensão — a crítica —, ele se debruça sobre a vindicação de que leis da ciência têm a forma “uma vez evento x , então, evento y ”, proposição interpretada da forma mais ampla: x pode ser um ou mais eventos, enquanto a relação entre x e y pode ser determinística ou probabilística. Se leis têm a forma de regularidades empíricas, então, a causa dos fenômenos iguala-se à sucessão de eventos no tempo, motivo pelo qual o mundo (se se está tratando de leis da economia, pode-se dizer o sistema econômico) é entendido como um conjunto de eventos atomísticos, uma dimensão plana na qual eventos ocorrem uns após os outros. No caso das ciências da sociedade, em particular a Economia, o acordo com a tese das regularidades empíricas envolve ainda uma teoria social sobre o agir e a escolha humanos: se regularidades empíricas ocorrem na economia, isto é, se são válidas leis que postulam determinada sucessão de eventos, então, os sujeitos devem agir para validar as leis. Sob condições x , os agentes necessariamente reagem com y , o que implica o compromisso com a tese de que os sujeitos são processadores de estímulos, reproduzindo as regularidades empíricas que vigem no sistema econômico. Decorre disso, ainda por conta da admissão de leis como regularidades empíricas, que o sistema econômico é imutável, já que os agentes jamais o transformam, antes o ratificando pelas suas ações. Com isso, dá-se uma espécie de independência do sistema econômico frente aos agentes, que apenas reagem às condições por aquele postas.

Segundo Lawson (2003), o acordo com a tese das regularidades empíricas é generalizado na ciência econômica ortodoxa. Nesta, proposições da ciência só podem ser de dois tipos: ou são empíricas, ou são tautológicas. A rigor, a teoria consistiria na dedução de determinados resultados, uma vez estabelecidas (ao menos) uma lei geral (por exemplo, agentes maximizam sua utilidade) e determinadas condições iniciais. Para se tomar a Economia novo-clássica, sendo os agentes substantivamente racionais e valendo algumas condições iniciais (como a existência de informação imperfeita e aquelas já referidas, como *market clearing* e a HER), a teoria deduz que, se os agentes são induzidos ao erro, por exemplo, sobre a inflação, haverá variação da oferta de trabalho numa determinada direção; isto é, sob determinadas condições, deduzem-se, em bases lógico-dedutivas, o comportamento dos agentes e o resultado de sua interação. As teorias, “impregnadas” do empirismo do positivismo lógico, estão circunscritas a proposições tautológicas (deduções lógico-dedutivas) e empíricas (sobre comportamentos dos agentes).⁷

⁷ Para maiores detalhes, ver Duayer, Medeiros e Paineira (2001).

O realismo crítico apresenta uma ontologia em tudo oposta à subjacente ao positivismo lógico. Para o realismo crítico, o mundo social, em particular, é estruturado e não plano. A dimensão do empírico não pode esgotar o mundo. Há ainda o domínio do efetivo (o dos eventos, independentemente de sua percepção) e o real, conjunto de estruturas, mecanismos, tendências e poderes sociais (transempíricos) generativos dos eventos. A especificidade dos sistemas sociais reside em que os domínios da realidade não podem existir senão pela ação humana. Por outro lado, essa ação pressupõe a existência objetiva desse domínio, razão pela qual o conjunto de mecanismos, estruturas, etc. pode ser interpretado como possuindo o poder de favorecer determinados fenômenos. Entretanto, dada a complexidade do mundo social, a existência de múltiplas forças torna o mundo aberto, isto é, sem resultados determinísticos, razão suficiente para que se recuse a existência de regularidades empíricas. Leis na ciência seriam proposições sobre o poder de determinados mecanismos e estruturas causarem efeitos, que podem, ou não, se efetivar, já que a multiplicidade de forças pode cancelar determinados eventos.

Resulta dessa concepção que teorias da Economia não devem ser descartadas por testes empíricos. Se leis denotam a existência real de determinadas estruturas, não necessariamente estas se manifestam a todo tempo, já que a economia é compreendida como uma totalidade complexa, composta de tantos outros complexos, muitas vezes antitéticos. O resultado da interação desses complexos é sempre indeterminado, ainda que seja possível à Economia designar tendências. A reprodução desses complexos não pode ser independente dos atos humanos e de suas escolhas, amparadas nesses mesmos complexos. Para dar exemplos triviais, não pode haver troca sem um sistema monetário, não pode haver produção sem relações de produção, bem como não se fala na ausência de uma linguagem. Entretanto deve-se observar que a fala, a troca, a produção, etc. não são estabelecidas *a priori*, em razão de sua possibilidade dever-se à existência de determinados mecanismos e estruturas. Estes apenas as possibilitam, entretanto a escolha dos agentes é sempre real; isto é, em geral, há sempre múltiplas possibilidades que se põem aos agentes. Suas escolhas, por sua vez, repercutem sobre a reprodução dos complexos sociais, motivo pelo qual podem transformá-los. Logo, a Economia é composta de ações humanas que reproduzem e transformam mecanismos, estruturas e poderes econômicos transempíricos; por outro lado, esses mesmos mecanismos, estruturas e poderes são as condições reais das ações. Sua existência real não implica uma economia estática, dada de uma vez por todas. Pelo contrário, como sua existência pressupõe a ação e a escolha humanas, então, sua reprodução é sempre processual, com mutações ao longo do tempo, razão pela qual

jamais o conhecimento do presente pode representar uma condição suficiente para previsões sobre o futuro econômico.

Os pós-keynesianos, Keynes e o realismo crítico

Por mais evidentes que sejam as relações entre o realismo crítico e a Economia heterodoxa, é preciso explicitá-las. Em particular, tratar-se-á dos pós-keynesianos e do próprio Keynes, ainda que algumas das vindicações dos autores contemplados possam coincidir com as de outras correntes da Economia heterodoxa.

Logo no primeiro capítulo da **Teoria Geral**, Keynes (1985), referindo-se aos dois postulados fundamentais da teoria clássica do emprego — (a) o salário é igual ao produto marginal do trabalho e (b) a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal do trabalho —, questiona:

Será verdade que as categorias anteriores abrangem todo o problema, considerando que, de modo geral, a população raramente encontra tanto emprego quanto desejaria ao salário corrente? Deve-se, pois, admitir que, se fosse maior a procura de mão-de-obra, maior quantidade de trabalho seria oferecida ao nível do salário nominal vigente. A escola clássica concilia este fenômeno com seu segundo postulado, argumentando que, se a procura de mão-de-obra ao salário nominal vigente se acha satisfeita antes de estarem empregadas todas as pessoas desejosas de trabalhar em troca dele, isso se deve a um acordo declarado ou tácito entre os operários de não trabalharem por menos, e que, se todos eles admitissem uma redução dos salários nominais, maior seria o volume de emprego atendido. Sendo este o caso, tal desemprego, embora aparentemente involuntário, não o seria estritamente falando, devendo incluir-se na categoria do desemprego “voluntário”, em virtude dos efeitos dos contratos coletivos de trabalho, etc. (Keynes, 1985, p. 19).

Sob tal ótica, o desemprego involuntário não é um fenômeno típico das economias com propriedade privada. O desemprego só pode existir devido à disposição dos trabalhadores de só trabalharem por um salário maior. Portanto, só pode ser desemprego voluntário.⁸ É justamente contra essa concepção que Keynes (1973) dirige suas críticas. Para a teoria clássica, empresários e traba-

⁸ É claro que a teoria clássica chega a esse resultado pressupondo preços e salários flexíveis.

lhadores, ao decidirem, respectivamente, quanto investem e quanto oferecem de trabalho, estão olhando para a quantidade de bens que recebem em troca. No caso do trabalho, sua remuneração deve equivaler à desutilidade marginal do trabalho. Com preços plenamente flexíveis, os salários sempre se ajustam de forma a se manterem no nível de equilíbrio, que preenche as condições para que haja pleno emprego de fatores.

Então, a teoria clássica pressupõe uma economia na qual o nível de emprego é definido no mercado de trabalho. Se o salário real está no nível de equilíbrio, então, oferta e demanda de trabalho são iguais, com conseqüente equilíbrio no mercado de bens. Isto é, a um determinado salário real, os empresários contratam certa quantidade de mão-de-obra, gerando um nível de produção que iguala oferta e demanda de bens. Como conciliar esse modo de operar descrito pela teoria clássica, que, salvo rigidez nos preços, resulta em equilíbrio e pleno emprego de fatores, com a constatação de que, nessa economia, as decisões são tomadas de maneira não planejada? O modo de conciliar os dois passa pelo estabelecimento de uma economia que Keynes (1973) denomina empresarial neutra⁹, na qual as decisões são tomadas de forma privada, mas há um mecanismo que garante, no agregado, a equivalência entre o valor de troca das rendas monetárias dos fatores de produção e a proporção da produção agregada relativa ao fator, no caso de ser esta uma economia que opere de forma centralizada, isto é, uma economia cooperativa. Destarte, haveria igualdade entre a renda auferida pelos fatores de produção e os custos da produção. Portanto, a oferta agregada determinaria a demanda agregada. Para Keynes (1973), esse seria um caso limite da economia, que verdadeiramente funciona por decisões privadas de empresários que investem determinada soma monetária em busca, ao fim do processo, de uma soma maior de dinheiro. No entanto, “[...] a teoria clássica, como exemplificado na tradição do professor Ricardo até Marshall e o professor Pigou, parece presumir que as condições para uma economia neutra são, em geral, substancialmente satisfeitas” (Keynes, 1973, p. 79). Com a premissa de que essas condições estão geralmente presentes, a economia caracteriza-se pelo “axioma dos reais”, segundo o qual os agentes econômicos tomam suas decisões com base em bens, descanso, esforço, etc., e a moeda não importa (Davidson, 2003, p. 18). Os valores efetivamente importantes são os reais, por exemplo, a taxa de juros real (determinada pela tecnologia) e os salários reais (com base nestes, os trabalhadores tomam suas decisões de

⁹ E aqui se salienta novamente que, na concepção de Keynes, a Economia clássica é constituída por aqueles autores que compreendem a economia como economia empresarial neutra.

oferta de trabalho). A moeda, pois, é neutra. Políticas de demanda não têm efeitos reais, apenas nominais.

A crítica de Keynes (1973) às posições da teoria clássica necessariamente suscita indagações ontológicas, já que se dirige à visão de economia compartilhada pela teoria clássica. Keynes pretende demonstrar a absurdidade dessa concepção, substituindo-a por uma outra forma de entendimento dessa economia. A autoridade da crítica adviria do caráter mais realista de sua teorização.¹⁰ Esse caráter da crítica estaria indicado já quando Keynes (1973) aponta como ponto de partida da teoria clássica o entendimento da economia como empresarial neutra, na qual pressupostos válidos para um caso limite são generalizados. Para Keynes, tal generalização não procede, visto que, na economia “em que vivemos” — **a economia monetária de produção** —, as decisões de produção são tomadas de forma privada, não havendo qualquer mecanismo que garanta automaticamente a determinação da demanda agregada pela oferta agregada. Portanto, o nível de produção não pode ser determinado no mercado de trabalho, mas através dos gastos que os capitalistas realizam, que, por sua vez, são uma função de suas expectativas em termos de possibilidades de realização da produção e de obtenção, ao fim do processo, de uma soma monetária superior à inicial. O nível de produto é determinado pela demanda efetiva, cuja magnitude de forma alguma equivale, *a priori*, ao produto potencial de pleno emprego.

O princípio da demanda efetiva sustenta que o nível de emprego e renda da comunidade é determinado pelas decisões de gastos dos capitalistas, que (dado o estoque de equipamento) são tomadas a partir de avaliações efetuadas isoladamente por cada empresário sobre as quantidades que antecipam vender a um determinado preço (de oferta). O conjunto das decisões de gasto determina em cada momento qual será o nível de renda da comunidade. Portanto o que os empresários estão decidindo gastar agora na produção de bens de consumo e de bens de investimento será a renda da comunidade (Almeida; Belluzzo, 2002, p. 65).

Nessa economia em que as decisões de produção têm de ser tomadas levando em conta um futuro estatisticamente imprevisível (futuro aberto e incerto), é perfeitamente inteligível a posição de reter moeda, ao invés de investir em ativos reais, que resultaria em uma demanda efetiva inferior ao produto potencial (correspondente ao pleno emprego de fatores de produção). Logo, diante de um futuro incerto, os contratos emergem como redutores dessa incerteza, servindo como base sobre a qual podem ser calculadas as rentabilidades futuras

¹⁰ Ao longo do texto, ficará mais clara a relação da crítica de Keynes à teoria clássica com a reivindicação de um maior realismo nas construções teóricas keynesianas.

(Carvalho, 1994, p. 42). E à moeda cabe o papel de unidade que possibilite os cálculos. Por conseguinte, no curto e no longo prazo, a moeda é essencial, diferentemente do que prescreve a teoria clássica (e, em particular, para a teoria novo-clássica). Keynes (1985) tentou estabelecer um vínculo entre o papel da moeda, a incerteza e o desemprego.¹¹ Diante da incerteza, Keynes (1985) cita a possibilidade de se demandar moeda como reserva de valor, isto é, de os agentes exercerem sua preferência pela liquidez, que significa justamente a propensão a reter ativos líquidos, sobretudo moeda. A demanda por segurança aumenta, na medida em que as expectativas com relação ao futuro se tornam piores.¹² A preferência por liquidez tem um papel importante na determinação da taxa de juros monetária, já que a demanda por moeda se altera em sua função. Porém, se a preferência pela liquidez altera a taxa de juros, ela pode repercutir também sobre o investimento e, portanto, sobre a demanda efetiva.

Desaparece, dessa maneira, a dicotomia clássica entre o lado real e o monetário (e a causa não reside na rigidez de preços). Os dois pólos estão relacionados via taxa de juros e, em parte, pela preferência pela liquidez. A moeda não é neutra, bem como a economia não tende, no longo prazo, para um estado de equilíbrio walrasiano. A moeda não constitui mero meio de circulação de mercadorias. Pelo contrário, numa economia monetária de produção, ela serve como reserva de valor, devido ao fato de que o futuro não pode ser previsto, isto é, de que há incerteza (irredutível a risco). Logo, se à moeda é conferido um outro papel, muda o significado da eficácia da política monetária. Na perspectiva de Keynes, a política monetária expansiva busca fazer a riqueza deslocar-se da esfera financeira para a esfera real (Carvalho, 1994, p. 43). As variações no estoque de moeda têm efeitos sobre a taxa de juros dos ativos líquidos, produzindo mudanças nas carteiras dos investidores, que deslocarão parcela maior de sua demanda para ativos reprodutíveis, com efeitos sobre a renda e o emprego. A eficácia da política monetária dependerá do comportamento dos bancos (sua preferência pela liquidez), que, com o aumento de suas reservas, podem comprar ativos do setor privado, consolidando a eficácia das políticas. Não há,

¹¹ Em outros termos, pode-se afirmar que Keynes busca conectar o lado real e o lado financeiro da economia.

¹² "Preferência pela liquidez é sinônimo de propensão por reter ativos líquidos, especialmente a moeda. Keynes argumentou que o futuro econômico é incerto, no sentido que não pode ser conhecido com antecedência nem ser estatisticamente prognosticado por meio de tábulas de probabilidades. Quando as expectativas são pessimistas, os agentes demandam segurança no presente para enfrentar o futuro incerto. Keynes mostrou que a moeda é o ativo mais seguro, aquele capaz de acalmar nossas inquietudes em relação ao futuro desconhecido e imprevisível [...] quanto mais incerto é considerado o futuro, maior é a preferência pela liquidez no presente" (Sicsú, 1999, p. 93).

nessa perspectiva, qualquer alusão à neutralidade da moeda, que só pode ser requerida numa economia centralizada ou numa economia com propriedade privada, com um mecanismo de supressão da incerteza, mas não numa economia empresarial.

Vê-se, pois, que o traço fundamental da economia empresarial diz respeito ao caráter aberto do futuro e, portanto, à incerteza no que se refere aos acontecimentos que podem estar por vir. Desse modo, não há qualquer tendência, seja no curto, seja no longo prazo, para um estado de equilíbrio walrasiano, no qual vale a neutralidade da moeda, a dicotomia monetário *versus* real, o pleno emprego, etc. Nessas condições, correspondentes ao equilíbrio geral walrasiano, não há a possibilidade de alguma função para moeda senão a de mera facilitadora de trocas. Não há, pois, possibilidade de retenção de moeda como comportamento derivado da incerteza com relação ao futuro. Em outras palavras, os agentes podem prever, de forma razoavelmente acurada, os fenômenos futuros. No entanto, se isso ocorre, necessariamente distribuições de probabilidade de eventos no presente constituem o guia adequado para a previsão das distribuições de probabilidade para o futuro — esse é o axioma da ergodicidade.

Em um mundo ergódico, as observações de uma especificação de determinada série temporal, isto é, dados históricos, são informações úteis sobre a distribuição de probabilidades de um universo de especificações que existe em qualquer ponto de tempo, como hoje; e esses dados são, ainda, informações úteis sobre a futura distribuição de probabilidades dos eventos. Conseqüentemente, ao estudar cientificamente o passado como se tivesse sido gerado em condições ergódicas, os eventos presentes e futuros podem ser previstos em termos de probabilidade estatística. (Davidson, 2003, p. 22).

Com essas observações, retorna-se ao objetivo último do tópico: as relações entre realismo crítico e Keynes e os pós-keynesianos. Numa economia como a concebida (ainda que implicitamente) pela teoria que Keynes (1973) denomina “clássica” (e, é claro, tais críticas valem para os economistas novos-clássicos), a ausência de incerteza leva a uma possibilidade de tratar o futuro nos moldes do presente. Torna-se nítida a relação entre essa teoria e a tese das regularidades empíricas. Num ambiente de incerteza, é claro que não valem leis que signifiquem conjunções constantes de eventos. Em outras palavras, uma vez que o futuro é aberto, existem várias possibilidades que, na terminologia dos realistas críticos, podem ser tomadas como tendências derivadas da particular constituição estrutural da economia. O realismo crítico denomina retrodução o método segundo o qual, dos fenômenos observados, se descobrem condições de possibilidades para que esses fenômenos existam; isto é, as estruturas e os mecanismos que devem existir para que determinados comportamentos

sejam observados. Keynes (1973), ao tratar de uma economia na qual predomina a incerteza, isto é, a imprevisibilidade ontológica de determinados fenômenos, com todas as repercussões relativas a políticas econômicas, de alguma forma, está utilizando-se do método em questão, já que busca explicar qual a "racionalidade" do comportamento baseado na incerteza, isto é, quais mecanismos vigentes na economia (monetária de produção) possibilitam determinado tipo de comportamento (reter moeda como reserva de valor, em particular), que, por sua vez, repercute sobre o sistema econômico (a economia monetária de produção) e sobre seus mecanismos e estruturas. Tal comportamento só é possível numa economia monetária de produção, forma particular de estruturação da economia, na qual, por conta de a produção social decorrer de ações privadas movidas pelo lucro econômico, há incerteza relativa ao futuro, tendo como consequência a preferência pela liquidez, a não-neutralidade da moeda, a possibilidade de desemprego, a realização de políticas de demanda bem-sucedidas, etc. Porém leis são sempre tendências. Tendências, vale repetir, são possibilidades que decorrem da existência de certos mecanismos e poderes sociais, irreduzíveis ao empírico, às suas formas de manifestação. A questão é que tais mecanismos só se reproduzem pela atividade humana. Como esta não é predefinida, mudanças nas estruturas também são possíveis. Logo, a economia — suas estruturas e poderes — deve ser entendida como um processo dinâmico, com tendências, porém sem uma direção prévia, ou, pode-se assim dizer, sem teleologia (por exemplo, uma tendência ao estado de pleno emprego).

A tese de Shackle das decisões cruciais¹³ está em pleno acordo com a noção realista crítica de escolha humana. Para Shackle (Crocco, 2002), decisões cruciais envolvem a mudança das distribuições de probabilidade existentes decorrentes da própria escolha, o que é perfeitamente compatível com a noção de ação humana como reprodutora e/ou transformadora de estruturas sociais. Se o que objetivamente existe pressupõe a atividade humana, então, pelo poder real de escolha, o existente tem caráter dinâmico — muda a todo tempo. A economia não é estática, não tende a um ponto no qual estaciona, também não possui um futuro dado *a priori*. O futuro (que, para os realistas críticos, se constitui no modo como as estruturas serão reproduzidas e/ou transformadas) é produto das escolhas realizadas pelos agentes econômicos. Com efeito, ela lhes é endógena. Uma tendência ao pleno emprego, ao equilíbrio geral walrasiano no longo prazo, implica uma economia exógena aos agentes, já que sua ação apenas leva a um futuro que já está dado. A rigor, não há escolhas. E é por essa razão que essa concepção é inconciliável com uma economia empresarial, na

¹³ Para maiores detalhes, ver Davidson (1982).

qual há incerteza quanto ao futuro. Se não existe incerteza com relação ao futuro, é porque é possível deduzi-lo a partir das distribuições de probabilidade dos eventos presentes, o que implica uma economia estática, isto é, com distribuições de probabilidade que não mudam no tempo. Reforça-se o caráter exógeno da economia: a escolha humana não é efetiva, pois nada faz senão reproduzir um futuro dado. Em particular, pós-keynesianos consideram a possibilidade de várias taxas de desemprego associadas a vários estados de expectativas e de preferência pela liquidez. Por outro lado, as políticas de demanda buscam alterar esses estados de expectativa, com possibilidade (ou não) de sucesso. Não há qualquer determinismo, já que o futuro (incerto) resulta da objetivação das ações humanas. Cada ponto associado às expectativas e à preferência pela liquidez constitui uma possibilidade. É claro que o inverso ocorre, por exemplo, com os defensores da taxa natural de desemprego, pois, nesse caso, necessariamente as ações humanas resultam nesse ponto, salvo erros de expectativas, que, se admitida a hipótese de expectativas racionais, não ocorrem com frequência.¹⁴

Conclusão

Dessa forma, realismo crítico e Economia pós-keynesiana parecem ter relações importantes. Talvez, o maior mérito do realismo crítico seja o de explicitar as conseqüências ontológicas (ainda que implicitamente pressupostas) da forma como os economistas do *mainstream* tratam a economia, inclusive suas contradições. Por exemplo, a aceitação da tese das regularidades empíricas, o caráter exógeno da economia e a necessidade, enquanto cientistas econômicos, de darem conta da escolha dos agentes. A partir da absurdidade desses pressupostos, emerge o caráter propositivo do realismo crítico: leis como tendência, economia como conjunto de estruturas, mecanismos e poderes, agentes

¹⁴ “Na visão de Keynes e dos pós-keynesianos, é a presença da moeda desempenhando o papel do ativo mais seguro em uma economia com incerteza knightiana que pode explicar a possibilidade de existência de diversos níveis de desemprego, cada um desses níveis sendo capaz de persistir por longos períodos, até que haja uma modificação no estado expectacional da economia e/ou uma intervenção governamental. Diferentemente da economia novo-clássica, para Keynes e os pós-keynesianos não existe uma taxa única de desemprego capaz de vigorar na ausência de erros expectacionais. A economia pode alcançar infinitas posições de desemprego, cada uma correspondente a um estado expectacional que, por sua vez, está associado a um determinado estado de preferência pela liquidez. A política monetária antidesemprego de inspiração keynesiana visa à alteração desses estados.” (Sicsú, 1997, p. 92).

reprodutores das estruturas, futuro aberto, etc. Todos esses pontos parecem amparar uma visão de economia que considera o futuro incerto, um mundo não ergódico, a existência de decisões cruciais e de preferência pela liquidez, a não-neutralidade da moeda no curto e no longo prazo, a inexistência de dicotomia entre o lado real e o monetário, a incerteza, etc. Logo, o debate entre pós-keynesianos e novos-clássicos naturalmente se desloca para o plano ontológico. Neste, pós-keynesianos, críticos do irrealismo que caracteriza as teorias de inspiração neoclássica, podem sustentar (ontologicamente) suas prescrições teóricas no realismo crítico, cujo foco reside em como caracterizar o objeto das Ciências Sociais, inclusive Economia, isto é, que propriedades as sociedades (e economias) possuem para que possam se tornar objeto de nosso conhecimento. Em outras palavras, o objeto de análise reside na forma mais acurada de apreender, no pensamento, aspectos da realidade econômica, isto é, momentos do modo de funcionamento do sistema econômico. O movimento inverso parece ser feito pelas teorias de inspiração neoclássica. A pergunta fundamental dessa tradição seria: que características podemos imprimir ao objeto para que ele se torne adequado às nossas teorias? Nesse particular, são relevantes as palavras de Carvalho (1994, p. 41):

O debate em torno da eficácia de instrumentos de política econômica só tem sentido quando se explicita o modelo de economia — seus agentes, seus móveis, suas regras — com que se trabalha. Não é possível derivar conclusões de validade geral sobre resultados ou implicações de política senão em relação a uma concepção definida de como é, na sua essência, a economia objeto da política econômica. A nova economia clássica, por exemplo, deriva seus polêmicos resultados não de características da realidade, cuja descrição é inevitavelmente ambígua, mas da forma peculiar como interpreta os postulados que definem uma determinada visão de mundo e, em particular, de sua visão de que economias capitalistas podem ser concebidas como sistemas de equilíbrio geral, onde a posição de equilíbrio existe, é única e estável.

Por fim, a passagem citada expressa que o debate Keynes e pós-keynesianos *versus* clássicos e novos-clássicos não pode escapar às indagações ontológicas, isto é, às reflexões sobre o modo como é tratada a natureza do objeto — a própria vida econômica (suas estruturas, seus mecanismos, suas relações, etc.) — fundamentalmente ligada a tomadas de posições no campo das políticas. Entretanto, assinalado o caráter ontológico da crítica keynesiana ao *mainstream* da Economia — verdadeira ilustração de como as questões ontológicas estão presentes nos debates da Economia —, não resulta daí o esgotamento do debate no interior da tradição heterodoxa, caracterizado por uma diversidade de posições, que não constitui o tema deste trabalho.

Referências

ALMEIDA, J. G.; BELLUZZO, L. G. **Depois da queda** — A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BAERT, P. Realist philosophy of the social sciences and economics: a critique. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 5, Sept 1996.

CARVALHO, F. J. C. de. Temas de política monetária keynesiana. **Ensaios FEE**, v.15, n.1, 1994.

CROCCO, M. The concept of degree of uncertainty in Keynes, Shackle and Davidson. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 11-28, jul./dez. 2002.

DAVIDSON, P. Rational expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision-making processes. **Journal of Post-Keynesian Economics**, v. 5, n. 2, 1982.

DAVIDSON, P. Resgatando a revolução keynesiana, In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Rio de Janeiro: Manole, 2003.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCEIRA, J. P. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 31, n. 4, 2001.

FERRARI, F. F. Keynesianos, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma leitura pós-keynesiana. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Rio de Janeiro: Manole, 2003.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **American Economic Review**, p. 1-17, Mar 1968.

KEYNES, J. M. **A monetary theory of production**. London: MacMillan, 1973. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. 13).

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LAWSON, T. The nature of post keynesianism and its links to other traditions: a realist perspective. **Journal of Post-Keynesian Economics**, v. 16, n. 4, p. 503-538, 2003.

LUCAS, R. Some international evidence on output-inflation trade-offs. **American Economic Review**, v. 63, June, 1973.

SICSÚ, J. A negação da ineficácia da política monetária: a alternativa de Keynes e dos pós-keynesianos. **Análise Econômica**, v. 15, n. 28, 1977.

SICSÚ, J. Keynes e os novos keynesianos. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), abr./jun.1999.

SNOWDON, B. **A modern guide to macroeconomics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1994.